

1986

A Economia

TEMORES INFUNDADOS DE ESPIRAL INFLACIONÁRIA

Os recentes índices inflacionários, particularmente os de janeiro, são preocupantes mas não devem provocar alarme. Há um medo generalizado de que o Brasil esteja diante de uma espiral inflacionária, que o levará rapidamente à hiperinflação. Esta preocupação, embora compreensível, não faz sentido. Uma das características da inflação inercial ou autônoma brasileira é sua rigidez não apenas para baixo mas também para cima. A inflação acelera-se no Brasil, mas lentamente, por patamares, não de forma explosiva e incontrolada como aconteceu nas hiperinflações clássicas.

Esta relativa rigidez para cima da inflação brasileira deve-se à correção monetária, que permite que a taxa de câmbio real permaneça constante: apenas a taxa de câmbio nominal se desvaloriza. Na Alemanha e nos demais países onde ocorreram hiperinflações através de um processo de espiral inflacionário ocorriam maxi-desvalorizações, mais precisamente, desvalorizações reais diariamente. E foram estas desvalorizações reais continuadas que produziram a espiral inflacionária e levaram à hiperinflação. O mecanismo era simples. Dada a inflação em curso, o governo era obrigado a emitir para cobrir suas despesas crescentes e manter minimamente a liquidez do sistema. O dinheiro colocado nas mãos do público era imediatamente transformado em dólares. A procura por dólares era assim intensa, provocando a desvalorização real diária da moeda local. Ora, a desvalorização real da moeda local é um poderosíssimo fator acelerador da inflação porque eleva os custos dos bens importados, além de provocar ainda maior desconfiança na moeda local.

No caso do Brasil a situação é completamente diversa. O governo é também obrigado a emitir, mas os cruzeiros não são transformados em dólares. Dada a existência de um mercado financeiro indexado, os cruzeiros são aplicados nesse mercado: financiam o déficit público. E a taxa de câmbio real permanece constante, a não ser que ocorra a decisão de uma maxi-desvalorização, como ocorreu em fevereiro de 1983.

Entretanto, se podemos ficar razoavelmente tranquilos quanto à pouca probabilidade de uma espiral inflacionária, devemos também ser suficientemente realistas para reconhecer que a inflação inercial, se é rígida para cima, é ainda mais rígida para baixo. Por isso é totalmente irrealista imaginar, como vem fazendo o governo no momento, que se possa retornar a uma inflação mensal de 10% usando como instrumento administrativo de preços e uma boa administração dos estoques de preços. O "combate corpo a corpo" contra a inflação é muito aconselhável, mas seu objetivo principal não é reduzir a inflação, é mantê-la sob controle, é impedir que ela mude de patamar.

Na verdade uma inflação inercial como a brasileira, que já supera a marca dos 300%, não pode ser combatida através de métodos gradualistas, sejam eles ortodoxos ou heterodoxos. A única solução é o choque heterodoxo, é a política heróica de combate à inflação.

Política gradualista ortodoxa é aquela recomendada pelo FMI. Está baseada em contração fiscal e monetária, elevação da taxa de juros, recessão, que provocaria redução de salários reais e de margens de lucro e portanto desaceleração da inflação. Política gradualista heterodoxa é aquela baseada no controle administrativo de preços de acordo com uma inflação futura declinante.

A alternativa às políticas gradualistas é o choque ortodoxo. É o congelamento geral de preços, salários e taxa de câmbio. Entretanto, porque não estamos diante de uma espiral inflacionária, porque nem todos os requisitos para uma política dessa natureza estão presentes na economia brasileira, e principalmente porque a indignação contra a inflação ainda não é suficientemente grande neste país, será preciso esperar ainda algum tempo para o choque heterodoxo. Dificilmente uma decisão sobre o assunto será tomada antes das eleições de 15 de novembro próximo. (*Folha de S.Paulo*, 4 de fevereiro de 1986).

ANTECEDENTES TEÓRICOS DA REFORMA MONETÁRIA

O Presidente Sarney e sua equipe econômica tiveram a coragem de adotar a "solução heróica de combate à inflação", congelando todos os preços, desindexando a economia e introduzindo o cruzado no lugar do cruzeiro. Há, agora, a perspectiva concreta de que a inflação seja eliminada no Brasil, da mesma forma que foi eliminada na Hungria em 1946 (primeira experiência de congelamento de preços bem sucedida), na Argentina e em Israel em 1985.

É importante, neste momento, traçar os antecedentes teóricos deste Projeto Cruzado. A primeira proposta escrita de que tenho conhecimento da escolha de um dia D em que se congelariam preços, salários e taxa de câmbio e se desindexaria a economia foi feita por Yoshiaki Nakano e por mim em artigo escrito no último trimestre de 1983 e publicado na *Revista de Economia Política* em julho de 1984, "Política Administrativa de Controle da Inflação". Víamos, então, duas alternativas para o combate à inflação brasileira: ou a desindexação gradual e o controle de preços de acordo com a inflação futura

declinante, ou, caso a inflação continuasse a crescer, "a solução heróica de controle da inflação", com a escolha de um dia D para o congelamento geral dos preços.

Esta proposta era a conseqüência necessária da conceituação da inflação como "inercial" - ou "autônoma", como então preferíamos chamá-la -, esboçada em um artigo de 1981 e plenamente desenvolvida em um artigo que escrevemos em 1982, "Fatores Aceleradores, Mantenedores e Sancionadores da Inflação". Todos esses artigos foram depois republicados no livro *Inflação e Recessão*, ainda em 1984.

A idéia era simples: se as causas de manutenção do patamar de inflação - pela primeira vez claramente distinguidas dos fatores ou causas aceleradoras - não eram excesso de demanda, déficit público ou aumento de oferta de moeda, nem choques de oferta, mas, simplesmente, a necessidade de cada agente econômico de repassar os aumentos de custos automaticamente para os preços a fim de não perder sua participação na renda, então a solução lógica para acabar com esse tipo de inflação é congelar os preços, é interromper administrativamente a ciranda de aumentos defasados de preços.

Nossa proposta estabelecia, entretanto, duas alternativas: a gradual e a heróica. O primeiro economista a fazer uma proposta única de congelamento geral foi Francisco Lopes, da PUC do Rio de Janeiro, em um artigo publicado no boletim do Conselho Regional de Economia de São Paulo, em agosto de 1984, no qual usou a expressão "choque heterodoxo". Lopes é provavelmente o mais competente economista brasileiro em matéria de inflação. Seu artigo teve grande repercussão. O mesmo ocorreu com a proposta feita por André Lara Resende e Pérsio Arida, também da PUC, publicada inicialmente na *Gazeta Mercantil* em setembro de 1984, de criação de uma moeda indexada. Essa proposta parecia o oposto da nossa ou da de Francisco Lopes, mas na verdade era apenas uma variante na qual vários avanços teóricos eram realizados. Em novembro desse ano aqueles dois economistas apresentaram um seminário em Washington, com grande aceitação, e Francisco Lopes em dezembro apresentou à reunião da ANPEC novos artigos que completaram a definição de inflação inercial e consolidaram a proposta de choque heterodoxo.

Na época, a grande maioria dos economistas brasileiros - monetaristas ou estruturalistas - opôs-se a essas propostas, ou ficaram calados pelo simples fato de não conhecer a teoria de inflação inercial. Uma exceção foi Mário Henrique Simonsen, que, com sua teoria de realimentação inflacionária, havia sido um precursor dessas idéias. Ele e o professor Octávio Gouvea de Bulhões já vinham há algum tempo propondo a desindexação da economia. Apenas não falavam em congelamento.

No final de 1984, quando a inflação mudou de patamar, de 10 para 12% ao mês, fiquei convencido de que a política de controle gradual de preços já não

tinha mais condições de ser efetiva, e passei a defender em artigos e entrevistas a adoção do choque heterodoxo ou política heróica de combate à inflação. Quando o Plano Austral foi introduzido na Argentina, baseado claramente nas idéias dos economistas brasileiros, escrevi dois artigos analisando-o e apostando em seu êxito.

Por outro lado, a partir do momento em que se instaurou a Nova República e meus amigos pessoais assumiram cargos-chave na área econômica, passei a afirmar, primeiro a João Sayad e depois a Dilson Funaro e a Fernão Bracher, que só havia uma solução para combater a inflação brasileira: o congelamento geral nos moldes agora realizados, acompanhado de reforma monetária. Pérsio Arida e Edmar Bacha, que trabalham com João Sayad desde o início do governo (e tinham orientações de João Sayad para estudar o assunto desde abril de 1985), e André Lara Resende, que é um dos diretores do Banco Central desde que Fernão Bracher assumiu a presidência, não apenas disseram o mesmo a seus ministros mas também os assessoram na execução do plano, que, naturalmente, contou com a participação de vários economistas do governo e com as idéias de Francisco Lopes e Eduardo Modiano, que permaneceram na PUC. A coragem de adotar o Programa de Estabilização coube ao Presidente do Banco Central, aos Ministros do Planejamento e da Fazenda e principalmente ao Presidente Sarney, a quem cabe a responsabilidade final. É uma solução "heróica" porque implica em riscos, mas afinal governar é tomar decisões e assumir riscos calculados com coragem. (*Folha de S.Paulo*, 4 de março de 1986).

A INFLAÇÃO É UM FENÔMENO REAL

A inflação não é nem um fenômeno essencialmente monetário, nem um simples problema de expectativas psicológicas, como afirmam os monetaristas e as aparências indicam, mas um fenômeno real, relacionado diretamente com a participação de cada agente econômico na renda. A inflação é um fenômeno real que tem sempre conseqüências (e eventualmente causas) monetárias. Só é um problema psicológico na medida em que todos os problemas econômicos têm como base o comportamento dos seres humanos que buscam defender seus interesses.

De acordo com a teoria de inflação inercial, que é a última versão da teoria estruturalista da inflação, os preços sobem automaticamente, reproduzindo a inflação passada, não devido ao aumento da quantidade de

moeda ou às expectativas dos agentes econômicos, mas porque, no processo de luta de participação na renda (conflito distributivo), eles são obrigados a repassar seus aumentos de custos para os preços, e, assim, obrigados a aumentar defasadamente seus preços. A expectativa de inflação está baseada na inflação passada; a ação de reajustar preços deriva da necessidade de não perder e se possível ganhar no conflito distributivo.

O congelamento geral dos preços determinado pelo governo no último dia 28 de fevereiro visou interromper uma ciranda infernal. O choque heterodoxo era a única alternativa para eliminar a altíssima inflação inercial brasileira. Foi tecnicamente bem formulado. E seu êxito inicial, apoiado no decidido apoio popular, é indiscutível.

Se em sua execução, entretanto, não se levar cuidadosamente em conta o caráter real da inflação, a relação direta existente entre preços (inclusive as taxas de salários, de juros e de câmbio, que são também preços) e a participação na renda, será insuficiente o apoio popular, e o plano enfrentará graves dificuldades.

O preço mais polêmico inicialmente foi o do salário. A necessidade de uma fórmula de conversão para transformar os salários nominais em salários médios reais em cruzados criou muitos mal-entendidos. Não há dúvida, entretanto, que a fórmula é correta. Somada ao abono de 8% e à escala móvel seria difícil imaginar um choque anti-inflacionário mais favorável aos trabalhadores.

Quanto ao sistema financeiro, que muitos acreditavam que entraria em colapso devido a um choque heterodoxo, não é isto que está ocorrendo. Os bancos foram sem dúvida prejudicados pela perda de remuneração implícita nos depósitos à vista. Mas o Banco Central está tomando medidas competentes de defesa dos bancos, como a remuneração dos depósitos compulsórios.

O problema real mais grave é o conflito distributivo entre as empresas. Esse conflito tem dois aspectos distintos: (1) o da necessária redução dos preços a prazo, já que o congelamento foi dos preços à vista, e (2) o dos desequilíbrios nos preços relativos no dia D (28 de fevereiro).

O Plano previu expressamente a redução dos preços das mercadorias já faturadas a prazo, quando definiu uma tabela de conversão de cruzeiros em cruzados para as operações de crédito anteriores ao dia D. Deixou, entretanto, de definir com clareza que a mesma redução deve ser feita para os futuros fornecimentos. Se uma empresa vendia a crédito com uma expectativa mensal de inflação de 14%, a redução de seu preço deve ser de 12,3% a partir da previsão de uma inflação zero (14 dividido por 114). Essa redução é essencial e deve ser feita em cadeia para trás até os fornecedores de matérias-primas.

O segundo problema, que deve ser claramente distinguido do anterior, é o dos desequilíbrios no preços relativos causados principalmente pelo fato de que - como ainda não nos encontrávamos em uma situação de hiperinflação - alguns produtores reajustaram seus preços muito antes do dia D, especialmente os sujeitos a controle pelo CIP, ficando assim defasados. Para esse problema não há outra alternativa senão autorizar o aumento de preços atrasado cuidadosa e paulatinamente, como vem sendo feito na Argentina. Esses aumentos são inevitáveis e determinarão uma pequena taxa de inflação. Inflação zero pode ser uma meta, mas não é uma perspectiva realista.

Essa taxa de inflação entretanto será pequena não apenas porque os reajustes autorizados deverão ser limitados, mas também porque, não sendo o plano recessivo, o aumento da produtividade e a decorrente baixa de custos e preços poderá compensar as elevações pontuais de preços autorizadas. (*Folha de S.Paulo*, 11 de março de 1986).

RISCO DE RECESSÃO

O Plano de Estabilidade Econômica transformar-se-á em um êxito definitivo se o governo for capaz de administrá-lo nos próximos meses respeitando a lei básica da economia: a lei do valor. Ou, em outras palavras, se souber realinhar e equilibrar os preços relativos - substituindo-se temporariamente ao mercado nessa missão - e assim garantir às empresas que operam de acordo com padrões normais de eficiência uma taxa de lucro aproximadamente igual e razoável.

O Plano tem tudo para ser bem sucedido: (1) está baseado em uma teoria sólida - a teoria da inflação inercial; (2) foi montado com indiscutível competência técnica por economistas que conhecem sua profissão; (3) obteve um apoio popular extraordinário, transformando cada cidadão em um fiscal de preços; (4) não tem caráter recessivo; (5) não penaliza os trabalhadores, como costuma acontecer com os planos de estabilização; (6) nestes primeiros vinte dias a inflação está de fato estancada.

Vários setores da economia, entretanto, estão paralisados, não conseguindo realizar vendas, devido ao generalizado conflito inter-empresarial provocado pela necessidade de descontos nos preços a prazo, já que esses preços continuam, além de uma taxa de juros real de 1 a 1,5 ao mês, um acréscimo

correspondente à expectativa inflacionária (14,6% ao mês se tomarmos como referência a tabela de conversão de cruzeiros em cruzados).

A negociação desse desconto é muito difícil porque a empresa que fornece diretamente ao varejo, para poder dar o desconto adequado, precisa obter um desconto correspondente na compra dos produtos intermediários. Além disso, há o natural desejo de cada empresa industrial de recusar ou limitar o desconto para, assim, tentar resolver um problema de natureza diversa: o eventual "atraso" dos seus preços em relação aos preços das demais empresas. Ao proceder assim, entretanto, as empresas agravam os desequilíbrios nos preços relativos.

Pode-se esperar que o mercado afinal resolva esta questão, mas a demora será grande. Conforme reconhece o Ministro do Planejamento, "os descontos até agora concedidos não têm a velocidade e a magnitude que o Governo esperava". Ora, esta demora no ajustamento dos preços nas relações inter-empresariais provocará o surgimento de três tipos de problemas: (1) prejuízo para as empresas que são obrigadas a comprar com um desconto inferior à inflação embutida; (2) prejuízo para as empresas que não conseguem vender porque o varejista ou o fabricante do bem acabado não aceita o desconto que está oferecendo; (3) prejuízo para os consumidores, que acabarão defrontando-se com falta de mercadoria e baixa de qualidade.

A conseqüência desses três prejuízos pode ser um prejuízo maior: a recessão, o esgotamento do processo expansivo que estava vivendo a economia brasileira. Na medida em que os fluxos comerciais emperram, os empresários reduzem suas expectativas de lucro e seus investimentos, provocando a reversão cíclica. E assim o Plano de Estabilização, que não tinha nenhuma intenção recessiva, já que não era o excesso de demanda a causa da inflação, acabará tendo conseqüências recessivas.

A solução para esse impasse está em o governo estabelecer um desconto mínimo obrigatório para as empresas que vendiam a prazo: um desconto de cerca de 9% ao invés de 12,9% ao mês correspondentes à inflação média de 14,6% dos últimos três meses utilizada na tabela de conversão de obrigações em cruzeiros ($12,9 = 14,6$ dividido por $114,6$). Os 6 ou 7% que algumas empresas estão oferecendo são rigorosamente insuficientes, a não ser que o comprador estivesse realizando lucros excepcionais. Os 12,9% talvez sejam recessivos, já que muitos empresários ainda não estavam embutindo em seus preços, quando vendiam a prazo, uma inflação de 14,6%. O desconto mínimo de 9% fica no meio termo e estabelece uma margem razoável para negociações, ou seja, para o funcionamento do mercado. (*Folha de S.Paulo*, 17 de março de 1986).

DESCONGELAMENTO

O êxito do Plano Cruzado, que de fato estabilizou os preços, não nos deve levar a subestimar as dificuldades que ainda existem pela frente. E, entre os desafios que nos esperam, sem dúvida o maior deles é o do descongelamento.

Uma economia qualquer - mesmo uma economia socialista - não pode ficar permanentemente com seus preços congelados. É essencial que os preços relativos variem em função das diferentes taxas de aumento de produtividade, que se refletem em reduções diferenciadas de custos. Em um país capitalista, entretanto, uma razoável liberdade de preços faz parte da própria definição do sistema econômico cuja base é a coordenação pelo mercado, pelo sistema de preços.

O descongelamento deverá, portanto, ter duração relativamente curta. Não deverá ultrapassar alguns meses - seis, por exemplo -, porque o risco de que as distorções nos preços relativos aumentem ao invés de diminuírem caso o congelamento se prolongue são muito grandes. E caso isto ocorra o descongelamento poderá, afinal, ser uma imposição dos fatos ao invés de uma decisão de política econômica.

O congelamento durante um certo prazo - cerca de três meses - é necessário para quebrar a inflação inercial. Em função do conflito distributivo, ou seja, da necessidade de cada agente econômico de defender sua participação na renda, os preços aumentavam defasada e automaticamente, independentemente do excesso de demanda e da oferta monetária. Não havia outra alternativa senão o choque heterodoxo para quebrar essa ciranda de preços.

Em segundo lugar, o congelamento se justifica por um prazo adicional caso o governo aproveite esse prazo para corrigir as distorções nos preços relativos existentes no dia D. Essas distorções são de três naturezas: (1) aquelas que já existiam há tempo na economia em função de tabelamentos ou de comportamentos excepcionais de oferta ou de procura de determinados bens; (2) aquelas provocadas pelo dia D, que surpreendem algumas empresas atrasadas, outras adiantadas no reajustamento inercial de seus preços; e (3) aquelas provocadas pela existência de uma inflação embutida nas vendas a prazo.

No prazo do congelamento, o governo pode corrigir as principais distorções existentes nos preços relativos, de forma que, no momento do descongelamento, as empresas não sejam levadas a corrigir por conta própria - provavelmente de forma abrupta, exagerada e em conjunto - aquelas distorções. Porque se isto ocorrer é claro que teremos uma imediata aceleração inflacionária.

O prazo para a correção dessas distorções - durante o qual poderá ocorrer uma pequena inflação deverá, entretanto, ser o mais curto possível. Através de um esforço concentrado, e utilizando as informações de que dispõe no CIP, o governo deverá procurar corrigir as distorções mais óbvias, para, em seguida, iniciar o descongelamento. Caso demore para descongelar, ao invés de corrigir os preços relativos o mais provável é que o governo acabe aumentando essas distorções. Em um país capitalista, em que as pressões das empresas controladas são enormes, são conhecidas as limitações a longo prazo de um congelamento geral de preços. Os erros e a corrupção tendem a se somar para aumentar as distorções.

O descongelamento, entretanto, não precisará ser abrupto e muito menos geral. Deverá ser feito gradualmente, e alguns setores altamente oligopolizados deverão ter seus preços permanentemente controlados embora não necessariamente congelados.

Um descongelamento nestes termos - (1) que ocorra depois que as principais distorções tenham sido eliminadas e antes que elas comecem a aumentar, (2) que seja fruto de decisão de política econômica ao invés de uma imposição do mercado; (3) que seja gradual e (4) que mantenha sob controle os setores oligopolizados - é necessário e não levará à retomada da inflação. (*Folha de S.Paulo*, 15 de abril de 1986).

RAÚL PRÉBISCH E A RENOVAÇÃO DO PENSAMENTO

Raúl Prébisch foi o pai do pensamento econômico latino-americano. Antes do grande homem público que acaba de morrer, os economistas do terceiro mundo limitavam-se a repetir o que haviam aprendido nos livros - textos escritos nos países centrais. Com Prébisch nasce o estruturalismo latino-americano, que iria ser ao mesmo tempo uma teoria econômica e uma estratégia para vencer o subdesenvolvimento.

Depois de um aprendizado da teoria ortodoxa, que passa inclusive pela direção do Banco Central da Argentina nos anos 30, a revolução teórica de Prébisch ocorre no Chile no final dos anos 40 e início dos anos 50. Celso Furtado, que foi um dos seus primeiros e mais notáveis colaboradores, descreve a história dessa revolução de forma admirável em seu último livro, *A Fantasia Organizada*.

Prébisch parte do conceito de centro e periferia. Faz a análise de troca desigual entre o centro e a periferia, através da hipótese da tendência à deterioração dos termos de troca. Com isso faz a crítica da teoria básica do comércio internacional: a lei das vantagens comparativas. E pode, então, justificar a intervenção do Estado para promover a industrialização dos países latino-americanos via substituição de importações e integração econômica regional.

Essas idéias já estão em seu *Estúdio Econômico para América Latina* de 1949, da CEPAL. É importante, entretanto, assinalar que Prébisch não fica amarrado às suas próprias idéias. Sua teoria era fruto de uma concepção histórica da economia, segundo a qual as estruturas econômicas e sociais reais mudam através do tempo. Por isso a teoria econômica ortodoxa, desenvolvida em um alto nível de abstração, sem contato explícito com a história, deve ser olhada com desconfiança. Mas também por isso ele sabia que as próprias teorias e estratégias que desenvolveu eram datadas historicamente.

Por exemplo, a estratégia de substituição de importações, de voltar-se para o mercado interno, que era básica nos anos 50 e 60, perde força nos anos 70 e 80, quando se torna essencial a conquista dos mercados externos com manufaturados. Outro exemplo: a teoria estrutural da inflação dos anos 50 já não era suficiente para explicar a estagflação e a inflação inercial dos anos 70 e 80.

Dom Raúl nos deixou subitamente, vitimado por um ataque cardíaco. Até o fim de sua vida continuou a pensar e a se renovar. Vamos continuar a seguir seus passos, que são os passos da renovação do pensamento econômico e da superação do subdesenvolvimento e de desigualdade social. (*Folha de S.Paulo*, 06 de maio de 1986).

ENTRE A ORTODOXIA E O POPULISMO

Tudo indica que os economistas ortodoxos não aprenderam nada com o choque heterodoxo. Depois de anos e anos em que fracassaram no combate à inflação, ao mesmo tempo em que impunham recessão e desemprego à economia, voltam eles, dois meses depois do choque, a falar com insistência em corte violento da despesa pública, eliminação do déficit público, elevação da taxa de juros, redução da demanda agregada, nova recessão, portanto.

Esses economistas continuam a pensar a economia brasileira em termos monetaristas. O grande problema do Brasil hoje seria a inflação de demanda, ainda que os preços estejam estáveis graças ao congelamento, e ainda que o superávit comercial continue elevadíssimo, demonstrando que a economia não está sendo obrigada a desviar os recursos destinados a produzir bens exportáveis para o mercado interno.

Entretanto, se esses senhores nada aprenderam, e continuam presos a uma ortodoxia burra, é preciso não incorrer no erro oposto da heterodoxia transformada em populismo. É preciso não tributar pouco e gastar muito, é preciso não manter taxas de juros baixas e de câmbio valorizadas para estimular irresponsavelmente o consumo, o investimento e as importações.

Em primeiro lugar, o governo deve reconhecer que ainda não foi capaz de resolver o grande problema do desequilíbrio dos preços relativos. E se não tem poder para reduzir os preços dos setores que foram beneficiados pelo congelamento no dia 28 de fevereiro, não tem outra alternativa senão admitir a elevação pontual, controlada, dos preços dos setores prejudicados. Precisa, portanto, reconhecer que, não podendo reduzir alguns preços para aumentar outros, o objetivo da inflação zero é inexecutável para o ajustamento dos preços relativos. A alternativa de subsidiar os setores prejudicados é uma clássica solução populista, que só agravará o déficit público.

Em segundo lugar, o governo deve reconhecer que o déficit público não foi equacionado pelo choque, e que será novamente obrigado a enfrentar com coragem uma reforma tributária, além de procurar reduzir a despesa do Estado.

Segundo projeções do próprio governo, o déficit público operacional em 1986 poderá alcançar 5% do PIB. Na melhor das hipóteses, ficará no nível de 1985 (cerca de 3,5%). Isto ocorre porque os ganhos da reforma tributária de dezembro último foram praticamente anulados pelo choque. Aquela reforma onerava os ganhos financeiros e reduzia o período entre o momento do fato gerado e o do pagamento do imposto. Ambos os ganhos foram anulados pelo Plano Cruzado, que, portanto, não se somou à reforma tributária. Para reequilibrar o orçamento do Estado, portanto, não resta outra alternativa senão iniciar imediatamente os estudos para uma nova reforma tributária, que aumente efetivamente a carga tributária, sem prejuízo da contenção das despesas públicas.

O excesso de demanda que hoje está ocorrendo deve-se principalmente à ilusão monetária dos consumidores devido ao fim da inflação. Esse fenômeno logo terminará. Não há razão, portanto, para se falar em recessão, como

pretendem os economistas ortodoxos. Mas também é essencial não confundir uma política econômica heterodoxa, estruturalista com populismo. (*Folha de S.Paulo*, 13 de maio de 1986).

A IMPRESCINDÍVEL REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária caminha muito lentamente na Nova República porque o governo está sendo imobilizado pela luta de classes. O Presidente Sarney deseja pessoalmente realizar a reforma, mas a oposição das forças conservadoras e dos proprietários acaba por não caminhar.

É preciso reconhecer que essa posição não está apenas fora, ela também está infiltrada no próprio governo. E essa oposição não parte apenas daqueles diretamente interessados em dificultar a reforma. Parte também dos excessivamente prudentes, dos homens muito ponderados, que em nome da prudência e da ponderação, embora se julguem favoráveis à reforma, acabam sendo de fato seus opositores. São os conservadores, que acabam sacrificando a justiça em nome da ordem, muito diferentes dos oportunistas, que sacrificam a justiça em nome de seus interesses, mas sua ação acaba dando os mesmos resultados.

E todavia não há nada mais urgente neste país do que a reforma agrária, necessária em termos de justiça, em termos de paz social e em termos de desenvolvimento.

Não é por acaso que a Igreja defende com tanta firmeza a reforma agrária. Essa posição resulta da sua preocupação com a justiça e a paz. A "matança", na expressão no Ministro Paulo Brossard, que está ocorrendo no norte do país, é um escândalo nacional. Posses, padres, pastores protestantes estão sendo assassinados por jagunços a mando de fazendeiros e grileiros, com a conivência de policiais, juizes e promotores.

Nos anos 50, a reforma agrária já podia ser uma necessidade moral, porque era condição essencial para uma melhor distribuição de renda neste país tão desigual, mas não era nem um imperativo político, nem econômico. Não era um imperativo político porque a existência de uma fronteira agrícola onde os posseiros podiam se localizar era uma válvula de escape para a questão social. Não era um imperativo econômico porque, sendo a industrialização

substituidora de importações, contava com um mercado cativo, não dependendo de uma prévia reforma agrária, ao contrário do que ocorreu nos países industrializados. A industrialização era perversa, concentradora de renda, mas efetiva.

Agora, com o fechamento da fronteira agrícola - ou seja com a ocupação jurídica de todas as terras - e com o esgotamento do modelo substituidor de importações, além de um imperativo de justiça, a reforma agrária se torna um imperativo de paz (ou segurança) e desenvolvimento nacional.

Tancredo Neves percebeu esse fato com clareza. Por isso comprometeu-se de forma tão clara com o projeto de reforma agrária. José Sarney tem a mesma visão; por isso insiste em levar adiante a reforma. Mas está encontrando obstáculos dentro e fora do governo. Uns se opõem por interesses, outros por conservadorismo míope.

Mesmo para os conservadores, entretanto, a reforma agrária é uma necessidade. É a grande reforma que está faltando para consolidar o capitalismo brasileiro, para torná-lo mais autônomo em termos de mercado e mais civilizado em termos de distribuição de renda. E para os progressistas ela é fundamental, porque às considerações econômicas e de segurança se somam as preocupações com um mínimo de justiça. (*Folha de S.Paulo*, 27 de maio de 1986).

INTERMEDIÇÃO NECESSÁRIA

Depois de meses de debate, cujo resultado todos já sabiam de antemão, o Senado e a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovaram na última semana a ajuda de 100 milhões de dólares aos *contras* da Nicarágua. Na mesma semana, o Tribunal Internacional de Haia, órgão judicial máximo das Nações Unidas, deu ganho de causa à Nicarágua contra os Estados Unidos por seu apoio aos "rebeldes" anti-sandinistas e condenou aquele país a pagar indenizações à Nicarágua. Por pura mas significativa coincidência o Brasil, nessa mesma semana, reafirmou sua independência reatando relações diplomáticas com Cuba.

Para o Brasil é essencial manter boas relações com os Estados Unidos. Afinal os interesses comuns dos dois países não unem apenas suas classes dirigentes no sentido da manutenção do capitalismo. Há outros interesses mais

nobres e mais universais, como a consolidação da democracia e o desenvolvimento tecnológico, que podem ser melhor alcançados através da cooperação entre Brasil e Estados Unidos.

Mas os benefícios dessa cooperação não nos devem levar a perder de vista o caráter essencialmente nacionalista e imperialista da política norte-americana. O Brasil está sentindo este fato hoje através da posição do governo norte-americano em relação à lei de informática e ao equacionamento da dívida externa brasileira. A condenação dos Estados Unidos por sua agressão à Nicarágua, entretanto, deixa mais uma vez patente o imperialismo norte-americano.

Segundo o governo sandinista, entre 1983 e 1984 "a agressão dos EUA deixou um saldo de 2.600 mortos, 5.500 feridos ou seqüestrados e 150 mil desabrigados". Graham Greene, o grande novelista inglês, falando sobre a política de Reagan, afirmou: "ele certamente causou a morte de mais mulheres e crianças do que as mortes que se pode atribuir a Khadafi".

Mesmo que a Nicarágua já fosse um país comunista, esse tipo de intervenção seria injustificável. A Nicarágua, entretanto, apesar de todo o esforço realizado pelo governo norte-americano para jogá-la nessa direção, ainda não é um país comunista. Apesar de viver em regime de guerra, realizou eleições razoavelmente livres em 1984. A propriedade privada continua a ser respeitada no país. A recente suspensão do jornal opositor *La Prensa* foi justificada pelo financiamento que recebia da CIA. E afinal, como observa um defensor intransigente da liberdade de imprensa como é Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, "é difícil saber até onde é possível manter a liberdade de imprensa em uma nação invadida por uma potência estrangeira".

O Brasil, que depois de derrotado pela má fortuna, torceu pela Argentina na Copa do Mundo de Futebol, sabe quais são suas solidariedades, primeiro para com a América Latina, depois para com o mundo democrático ocidental. No caso da Nicarágua, cabe ao Brasil um papel mais ativo de intermediação. Os Estados Unidos, ao insistirem em agredir a Nicarágua, não estão servindo aos melhores interesses nem da América Latina nem do mundo ocidental democrático. (*Folha de S.Paulo*, 1 de julho de 1986).

DÉFICIT E CONFLITO DISTRIBUTIVO

O maior inimigo do Plano Cruzado não é o déficit público; é um congelamento imobilista que não corrige o desequilíbrio dos preços relativos. Na última semana foi finalmente publicada uma nova tabela, reduzindo alguns preços e elevando outros que estavam claramente defasados. Mas os problemas nesta área ainda são graves.

A demanda agregada está, sem dúvida, superaquecida, por isso é preciso mantê-la sob controle através das clássicas medidas de política monetária e fiscal, mas é preciso ficar claro que a preocupação com o déficit público entre os economistas ortodoxos é exagerada, levando-os a perder de vista o problema fundamental para o êxito a longo prazo do Plano Cruzado: sua neutralidade distributiva, expressa pelo equilíbrio dos preços relativos.

É preciso não perder de vista que a base do choque heterodoxo é a teoria da inflação inercial. Que a inflação inercial existia porque as empresas e os trabalhadores repassavam automática e defasadamente seus aumentos de custos para os preços, mantendo assim, inercialmente, um determinado patamar de inflação. E que esse repasse derivava do conflito distributivo inerente a qualquer sistema econômico, ou seja, derivava da necessidade que tem cada agente econômico de não perder, de manter sua participação relativa na renda, dada a existência de um determinado patamar de inflação em curso.

A partir destas idéias elementares sobre a teoria da inflação inercial, torna-se claro porque é essencial, nos meses seguintes ao congelamento geral, garantir a neutralidade distributiva do Plano Cruzado. Essa neutralidade não existia, por definição, no dia 28 de fevereiro. Alguns preços estavam adiantados e outros atrasados. Os preços relativos só poderiam estar equilibrados naquele dia se a inflação fosse indefinidamente mais alta e se a defasagem nos aumentos de preços houvessem sido reduzida a horas, como aconteceu nas hiperinflações.

Por outro lado, é preciso lembrar que o Plano Cruzado foi uma intervenção do Estado na economia, foi uma administração temporária do mercado, já que este perdera a capacidade de manter os preços estáveis. Ora congelar e manter congelado não é administrar. O congelamento e as tabelas de conversão (que visam também garantir o equilíbrio distributivo) são uma primeira medida. Em seguida é preciso, com muita cautela e moderação, realizar o que as tabelas de conversão não podem fazer: elevar os preços atrasados e reduzir os adiantados, na linha do que afinal o governo começou a fazer na última semana.

Argumentam alguns que a redução dos preços adiantados seria mais fácil via mercado através do desaquecimento da economia. Isto é aparentemente correto, mas é preciso deixar claro que desaquecimento é esse. Se se trata de

provocar nova recessão, como alguns monetaristas empedernidos não se pejam em defender, estaremos diante de um contra-senso. Com uma nova recessão será muito mais difícil corrigir os preços relativos do que com a expansão.

Na Argentina, o Plano Austral está entrando em colapso; a inflação mensal média dos últimos meses tem sido de aproximadamente 4,5% o que corresponde a uma inflação anual de 70%. Ora, a Argentina realizou o choque há um ano, quando já estava em recessão, e até hoje permanece em recessão. E nesse período não aproveitou para ajustar administrativamente os preços defasados. Está claro, portanto, que não é o déficit público e o excesso de demanda, e sim a incapacidade de resolver o conflito distributivo que está levando o Plano Austral ao insucesso.

Durante o período de congelamento, o governo deve corrigir administrativamente os desequilíbrios de preços mais evidentes. E deixar para o mercado, via principalmente aumento de produção, aumento de produtividade e redução dos custos (e não via recessão) a solução dos desequilíbrios menores. Por isso é essencial que a economia continue em expansão. Através das medidas clássicas de caráter monetário e fiscal, o governo deve evitar o superaquecimento da demanda. Mas isto não significa que a economia deva voltar à recessão. A expansão é compatível com uma demanda agregada sob controle.

Mantida a economia em expansão, a correção administrativa dos preços será facilitada se esta correção implicar em alguma aceleração da inflação - porque é difícil corrigir para baixo, compensatoriamente, os preços adiantados - é melhor conviver com essa pequena inflação do que insistir em um congelamento imobilista. Porque um congelamento dessa natureza acabará sendo rompido pelas forças do mercado, levando afinal o governo a perder o controle do processo de descongelamento. (*Folha de S.Paulo*, 26 de junho de 1986).

NEGOCIAR AGORA A DÍVIDA EXTERNA

A partir de 1984, quando o enorme superávit comercial permitiu que o Brasil equilibrasse sua balança de transações correntes, a dívida externa deixou de ser o problema central da economia brasileira. A partir de agosto de 1985 as novas autoridades econômicas compreenderam que o Brasil, não necessitando

de novos empréstimos ("dinheiro novo") internacionais, aumentara seu poder de barganha e podia definir sua política econômica com independência em relação ao FMI. É preciso agora dar um novo passo na negociação da dívida externa brasileira, definindo um "teto" para a taxa de juros internacional, a partir do qual os juros serão capitalizados.

Os objetivos da atual negociação da dívida externa brasileira são claros. Pretende-se manter a independência da política econômica interna, recusar o foro de Nova Iorque para as questões jurídicas, obter redução dos *spreads*, obter o reescalonamento plurianual da dívida e, eventualmente, garantir ao Brasil a volta ao mercado. A independência interna foi um grande avanço, mas em relação aos demais objetivos o Brasil está sendo tímido; não está aproveitando a oportunidade de negociar agora, quando seu poder de barganha está alto.

"Voltar ao mercado", no jargão do sistema financeiro internacional, significaria para o Brasil receber novos empréstimos dos bancos de forma voluntária. É um objetivo importante mas pouco realista, não obstante o bom desempenho interno e internacional da economia brasileira. Por muito tempo ainda os banqueiros internacionais nos equiparão aos demais países latino-americanos e se recusarão a conceder novos empréstimos. Não obstante, acenarão sempre com essa possibilidade com o objetivo de nos imobilizar.

No momento, o país não necessita de novos empréstimos. É capaz de pagar todos os juros, transferindo entre 4 e 5 % do PIB para o exterior, e ainda assim crescer a uma taxa satisfatória. Isto é possível, de um lado graças à queda da taxa nominal de juros internacional e à queda dos preços do petróleo, e, de outro lado, devido ao aproveitamento de capacidade ociosa.

Mas nada garante que as condições internacionais continuem tão favoráveis no futuro, a capacidade ociosa já está se esgotando, a aceleração dos investimentos ora em curso dependerá de novas importações. O equilíbrio da balança de transações correntes do Brasil não está, portanto, assegurado. Poderemos necessitar no futuro de dinheiro novo para garantir uma taxa razoável de crescimento do PIB. E nesse momento não é razoável que venhamos a depender da boa vontade dos credores internacionais. Quanto mais necessitarmos de dinheiro novo, mais improvável será nossa volta ao mercado, e mais fortes estarão os credores e o FMI para nos impor novas condicionalidades de política interna recessivas.

Para reduzir os riscos dessa nova dependência, especialmente para limitarmos os riscos de uma nova elevação da taxa de inflação internacional e, em conseqüência, da taxa nominal de juros internacional (*libor*), é fundamental que o Brasil aproveite o momento para, além de conseguir imediatamente substanciais reduções nos *spreads*, declarar, de forma bem clara, aos credores que estabelecerá um teto ao pagamento de juros - 8%, por exemplo - sabendo-

se que a *libor* está atualmente em 7%. Se essa taxa voltar a subir acima de 8% só deixaremos de capitalizar os juros excedentes se contarmos com disponibilidades de divisas.

O sistema de taxas flutuantes de juros vigente no mercado internacional é perverso. Quanto maior for a inflação e a taxa nominal de juros, maior será o pagamento do principal embutido na taxa de juros. Por isso já existe a prática, nos empréstimos hipotecários para casa própria nos Estados Unidos, do teto para a taxa de juros. É portanto uma prática financeira muito razoável.

Para o Brasil o estabelecimento de um teto para a taxa de juros não resolverá todos os problemas da dívida externa, mas reduzirá os riscos do Brasil e será uma afirmação da soberania brasileira. (*Folha de S.Paulo*, 15 de julho de 1986).

NEM CONSERVADOR, NEM POPULISTA

O estabelecimento do empréstimo compulsório, a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e a definição do Plano de Metas, na última semana, mostram mais uma vez que neste país existe governo - e que esse governo não é nem conservador nem populista.

As decisões tomadas, especialmente o empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina, sobre a compra de automóveis e sobre as viagens ao exterior, implicam em sacrifícios, pesam sobre a classe média e a classe alta. Dada, entretanto, a exacerbação do consumo que vinha ocorrendo, eram necessárias, eram imprescindíveis para o êxito do Plano Cruzado. Tudo indica que a população percebeu este fato. Por isso, embora ninguém goste de pagar impostos ou empréstimos compulsórios, as primeiras pesquisas realizadas pela *Folha* e pelo IBOPE revelaram que as medidas do governo foram aprovadas pela maioria da população.

Há uma outra razão pela qual o empréstimo compulsório foi aprovado. Quase todos, inclusive os próprios prejudicados, perceberam que ele tem um caráter distribuidor de renda. Foram onerados pela medida apenas cerca de 15 por cento da população, aqueles que possuem automóveis. Ora, existe um enorme sentimento de culpa por parte das classes dominantes brasileiras em relação à concentração de renda existente neste país. Pouca coisa fazem para

resolver este problema, mas quando alguém toma uma decisão, como foi agora o caso do governo, a burguesia e as classes médias tecnoburocráticas não têm coragem de protestar, a não ser seus representantes mais empedernidamente de direita.

O Presidente Sarney certamente previu a eventual impopularidade do empréstimo compulsório. Não se atemorizou, entretanto, e decidiu anunciá-lo, conjuntamente com o Plano de Metas. Seu extraordinário prestígio certamente sofrerá um pouco depois desta decisão, porque embora o empréstimo tenha sido aprovado pela maioria da população, essa maioria foi menor (cerca de 60%) do que a imensa maioria que hoje considera seu governo ótimo ou bom (80%).

Os verdadeiros estadistas, entretanto, são exatamente aqueles que têm a coragem de tomar medidas impopulares. Especialmente no plano da política econômica só em casos excepcionais - como foi o caso do Plano Cruzado - é possível tomar medidas populares, que praticamente só tragam benefícios. Geralmente o papel da política econômica é estabelecer limites. É reconhecer que os recursos econômicos são escassos, que nem o governo nem os cidadãos podem gastar por muito tempo mais do que produzem. É afirmar que os gastos sociais do governo, os salários dos trabalhadores, e os créditos e as encomendas recebidas pelos empresários têm necessariamente que ser limitados.

Os economistas ortodoxos, neoclássicos, reconhecem esses limites de maneira burra, linear. Os heterodoxos, inclusive os keynesianos, reconhecem esses limites de forma mais flexível. Os ortodoxos, porque são conservadores, optam quase sempre por estabelecer limites principalmente para os trabalhadores; os heterodoxos, porque são progressistas, preferem penalizar os mais ricos, preferivelmente os rentistas. Mas o estabelecimento dos limites é a médio prazo inescapável. A alternativa é o populismo.

Ao decidir pelo empréstimo compulsório, o governo brasileiro reafirmou sua recusa ao populismo e sua opção por uma política econômica progressista, distribuidora de renda. Assumiu o risco de alguma perda de popularidade, mas caminhou na direção do desaquecimento do consumo, ao mesmo tempo que estabelecia um mecanismo para financiar seu Plano de Metas. (*Folha de S.Paulo*, 29 de julho de 1986).

MERCADO PARALELO E TAXA DE JUROS

A continuidade do êxito do Plano Cruzado depende de ajustes de ordem macroeconômica, que equacionem a demanda e a oferta agregada, e de medidas de caráter microeconômico, que corrijam as distorções dos preços relativos. Com a criação do empréstimo compulsório e a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento foi dado um passo importante no sentido de equilibrar as contas do setor público e reduzir a demanda agregada - particularmente o consumo agregado - que estava superaquecido. Entretanto, apesar da indiscutível coragem e do acerto básico das medidas tomadas, tudo indica que não foram suficientes para reestabelecer o equilíbrio macroeconômico. Além dos crescentes problemas de desabastecimento de insumos, a forte elevação da taxa do dólar no mercado paralelo é uma indicação deste desequilíbrio. Mais especificamente, é o sinal de que as taxas de juro real estão negativas.

O ágio sobre o dólar oficial alcançou 77% na última semana. Há várias explicações possíveis para este fato - o aumento do contrabando de materiais microeletrônicos, o turismo - mas, já que não há nenhuma expectativa de desvalorização oficial, a causa fundamental só pode ser uma: a fuga de capitais, em função de uma taxa de juros considerada insuficiente. Os investidores do setor financeiro, que desejam manter seus recursos sempre de forma líquida, não estão satisfeitos com os rendimentos proporcionais pelo mercado interno e voltam-se para o dólar.

Esta insatisfação é compreensível. Embora a taxa de juros real para os aplicadores venha sendo mantida aproximadamente ao mesmo nível anterior ao Cruzado - cerca de 15 a 20% ao ano - a verdadeira taxa de juros pode ser considerada negativa, desde que não se considere realista a taxa de inflação medida pelo IPC.

Ora, existem bons motivos para esta desconfiança em relação ao IPC. Não me refiro apenas ao problema do expurgo dos aumentos dos preços da gasolina e dos automóveis provocado pelo empréstimo compulsório. Mais grave do que isto é a extraordinária valorização dos imóveis e das ações que ocorreu depois do Plano Cruzado. É impossível medir esse tipo de valorização no índice de inflação, mas não há dúvida que a elevação desses preços afeta os investidores do mercado financeiro. Além disso, toda "maquiagem" que vem sendo feita nos bens de consumo final, para escapar ao congelamento (e eventualmente ajustar o Plano Cruzado), não pode ser medida pelo IPC mas obviamente representa elevação de preços e, portanto, inflação real.

O governo já vem procurando elevar a taxa de juros nominal de forma a manter positiva a taxa de juros real. Por outro lado, não há dúvida de que é contraditório e desagradável para governo ser obrigado a elevar a taxa de juros quando a prioridade básica do governo na área econômica é o estímulo ao

investimento privado. Mas as leis no mercado capitalista não podem ser violentadas. Ora, em um país endividado e em crescimento como o Brasil, que apresenta taxas de lucro elevadas, constitui uma violência, a existência de uma taxa de negativa de juros - uma violência que, entre outras distorções, provoca a fuga de capitais e a extraordinária elevação do ágio no mercado paralelo de câmbio. (*Folha de S.Paulo*, 5 de agosto de 1986).

IDEOLOGIZAÇÃO DO PLANO CRUZADO

A crise por que passa no momento o Plano Cruzado tem caráter mais político do que econômico. Existem, sem dúvida, dificuldades no plano econômico: a demanda está superaquecida, gerando problemas de desabastecimento; o déficit público de 4,6% do PIB (segundo o Livro Branco do Governo), embora não seja o fato novo causador desse excesso de demanda, é sem dúvida excessivo; a taxa de juros estava baixa demais, estimulando a especulação com dólar, boi e imóvel; os preços relativos não foram ainda equilibrados; o financiamento dos investimentos internos não está ainda equacionado porque não está resolvido o problema da transferência de recursos reais para o exterior.

Mas é exatamente quando as autoridades econômicas revelam mais uma vez competência e adotam medidas firmes para resolver aqueles problemas que afloram a crise política, que se procura ideologizar o Plano Cruzado. O empréstimo compulsório, há duas semanas, reduziu o déficit público, promoveu o desaquecimento da demanda, estabeleceu as bases para o financiamento dos investimentos públicos necessários. A elevação da taxa de juros, nesta última semana, restabeleceu taxas positivas de juro. Além disso, a reforma do sistema financeiro, penalizando as aplicações de curto prazo, dará mais estabilidade a esse mercado e reduzirá o custo de juros do governo, reduzindo também o déficit público. Finalmente o governo propõe-se agora a atacar o problema da dívida externa.

E não obstante temos uma crise ou uma ameaça de crise política, que não se expressa na desaprovção do povo - os índices de popularidade do Presidente continuam altíssimos e o empréstimo compulsório foi amplamente aprovado - , mas está presente na elite: na posição ideológica que vem tomando boa parte da grande imprensa, dos empresários e dos economistas conservadores.

Os empresários e a grande imprensa conservadora, que até há pouco queriam ouvir os economistas monetaristas, de repente voltam a dar-lhes ouvidos. Não está em discussão o excesso de demanda, sobre o qual todos concordam. Volta-se a discutir, em termos claramente ideológicos, as relações do estado com o setor privado. O Plano Cruzado e seus autores são acusados do crime maior - de "estatizantes" - , porque foram obrigados a intervir no mercado, primeiro para congelar os preços e agora para estabelecer o empréstimo compulsório, sem, ao mesmo tempo, terem realizado um violento corte da despesa de custeio do próprio estado. E acrescentam os críticos conservadores: "ao congelar os preços atribuiu toda a culpa da inflação ao setor privado - aos varejistas e aos bancos - esquecendo que o déficit público do governo é o verdadeiro culpado de tudo".

Esse tipo de "psicose", na expressão feliz de um empresário progressista, precisa ser rapidamente contra-atacada. O Plano Cruzado veio para eliminar a inflação inercial, sanear as finanças públicas brasileiras abaladas por anos de excesso de endividamento seguidos por anos de recessão, e para permitir o aumento das despesas sociais.

Veio, portanto, para consolidar o desenvolvimento capitalista brasileiro em bases novas mais justas. O debate entre estatização e privatização, neste momento, é um debate fora do lugar. E não faz qualquer sentido agora buscar "culpados" pela inflação passada. O que é preciso agora é consolidar o Plano Cruzado, porque este é o projeto da própria nação brasileira. (*Folha de S.Paulo*, 12 de agosto de 1986).

SEIS MESES DEPOIS DO CRUZADO

Seis meses depois de implantado o Plano Cruzado, o seu êxito em resolver o problema específico para o qual foi criado - o de eliminar a inflação inercial - é indiscutível. A inflação, que girava em torno de 350% ao ano, caiu para um número qualquer entre 10 e 15%. Subsistem, entretanto, pressões inflacionárias que ameaçam a continuidade do êxito do Plano.

Por outro lado, a economia como um todo - que não deve ser confundida com o Plano Cruzado - continua a apresentar desempenho extremamente favorável. Entre março e junho de 1986 a produção industrial cresceu 12,4% e as vendas a varejo, 29,9%, em relação a igual período do ano anterior. Os níveis

de desemprego caíram de 5,6% em junho de 1985 para 3,8% em junho deste ano. Os salários reais aumentaram de um ano para outro 14,6%. O superávit comercial externo acumulado em um ano continua em torno de 13 bilhões de dólares, embora o aumento das importações e a queda dos preços de alguns produtos primários exportados comecem a ameaçar esse resultado favorável, e assinalem que a dívida externa continua a ser um problema grave.

Ora, é exatamente esse excelente desempenho do setor real da economia o primeiro problema do Plano Cruzado. O extraordinário aumento do consumo, superado amplamente o aumento da produção, indica desestocagem, formação de filas, e pressão inflacionária traduzida em elevação de margens de lucro através da cobrança de ágios ou da eliminação do desconto financeiro nas vendas a prazo. Ao contrário do que geralmente se afirma, ainda existe capacidade ociosa na economia, mas isto não impede as pressões inflacionárias decorrentes do surgimento de pontos de estrangulamento especialmente na oferta de matérias-primas e de carnes. O novo ciclo de expansão da economia brasileira, iniciado em 1984, alcança em 1986 um auge que o Plano Cruzado favoreceu.

O segundo problema é o recrudescimento da pressão dos sindicatos por maiores salários, que se soma à própria pressão do mercado, especialmente sobre a mão-de-obra especializada. O excesso de demanda de mão-de-obra e as elavadas exigências dos sindicatos levam a aumentos reais de salários consideravelmente superiores ao aumento da produtividade, que só não se traduzirão em estrangulamento dos lucros se resultarem em aumentos de preços.

O terceiro problema do Plano Cruzado é o desequilíbrio microeconômico dos preços relativos, é a existência de preços "atrasados" e "adiantados" a partir do dia do choque. A falta de mercadorias nas lojas não se deve apenas ao excesso de demanda, mas também ao fato de que os produtores - especialmente aqueles que podem substituir produtos - deixaram de fabricar uma série de bens cujos preços ficaram atrasados no dia 28 de fevereiro. Cerca de metade dos produtos tabelados pela SUNAB, por exemplo, estão desaparecendo das lojas de varejo porque seus produtores suspenderam sua fabricação, substituindo-os, quando possível, por novos produtos. Quando o produtor consegue substituir o bem tabelado, ele resolve seu problema provocando uma pequena aceleração inflacionária; quando não o consegue estabelece-se imediatamente um foco de pressão inflacionária reprimida.

O problema das empresas de varejo, por outro lado, está longe de estar resolvido. Os descontos financeiros que obtiveram dos fabricantes em suas vendas a prazo, que deveriam ser de 11% ao mês, acabaram sendo em média inferior a 5%, e aqueles fabricantes que concederam descontos maiores estão agora aproveitando o excesso de demanda para, sem desrespeitar formalmente o congelamento, reduzir ou eliminar os descontos, levando o varejo a uma situação difícil, apesar, do aumento das vendas.

No desequilíbrio entre oferta e procura agregada, nas pressões salariais e nas distorções não resolvidas nos preços relativos estão embutidas pressões inflacionárias que acelerarão a inflação assim que ocorra o descongelamento.

Por outro lado, as finanças públicas, dado um déficit público operacional entre 4 e 5% do PIB, continuam desequilibradas, constituindo-se em um quarto foco de aceleração inflacionária. Neste ano o financiamento desse déficit está sendo realizado em parte pela monetização da economia. No próximo ano, para o qual se prevê o mesmo nível de déficit, a contribuição do empréstimo compulsório deverá ser inferior a 1,5% do PIB. Imaginando-se que a colocação de títulos possa responder por outros 1,5% do PIB, restarão ainda entre 1 a 2% do déficit que ou serão financiados por novos empréstimos internacionais e/ou por aumento da carga tributária.

Diante dessas pressões inflacionárias, o governo, além do oportuno empréstimo compulsório e da recente elevação da taxa de juros, defende-se apegando-se ao congelamento de preços. Para alguns de seus membros mais eminentes, "o Plano Cruzado é o congelamento", que portanto deveria ser mantido indefinidamente.

Ora, o Plano Cruzado não é o congelamento, e o congelamento não pode ser mantido indefinidamente. O Plano Cruzado é um choque aplicado à economia, que - sem desprezar a lei do valor que rege o funcionamento do mercado - logra eliminar a inflação inercial. Consegue, portanto, eliminar os fatores mantenedores da inflação. Não elimina os fatores aceleradores da inflação que operam no mercado: o excesso de demanda, o aumento descontrolado de salários, os desequilíbrios dos preços relativos. Pode apenas reprimí-los temporariamente, até o momento em que os desequilíbrios do mercado se resolvam, ou então até o momento em que aquelas pressões se tornem irresistíveis e o congelamento seja rompido. Foi a segunda alternativa que prevaleceu na Argentina. Embora o Plano Austral não tenha enfrentado o problema de excesso de demanda, não foi capaz de conter os salários nem de resolver os problemas dos preços relativos. Em consequência, a inflação já está em torno de 100% ao ano.

No Brasil é cedo ainda para prever qual será o nível de inflação depois do descongelamento. O governo procurará postergar o mais possível esse momento, enquanto tenta corrigir o desequilíbrio macroeconômico entre oferta e demanda agregada e o desequilíbrio microeconômico dos preços relativos. Entretanto, se não for mais enérgico em resolver o problema do excesso de demanda e em corrigir os preços atrasados, a economia brasileira enfrentará em 1987 uma nova aceleração inflacionária. Em relação aos preços atrasados, terá que fazer uma permuta entre um pouco mais de inflação agora, ou inflação descontrolada

no futuro. Em relação ao desequilíbrio macroeconômico, terá que aumentar a carga tributária e conter a despesa pública. (*Folha de S.Paulo*, 2 de setembro de 1986).

O CRUZADO E O FRACASSO DO PLANO AUSTRAL

O fracasso do Plano Austral é agora um fato definitivo. Depois de flutuar em torno de 4,5 por cento ao mês, entre março e junho, a inflação argentina alcançou 6,8 por cento em julho e 8,8 por cento em agosto. A inflação anualizada dos últimos três meses alcança 118 por cento, a do último mês, 175 por cento. A situação do Plano Cruzado é ainda mais favorável, mas se não forem tomadas medidas urgentes para restabelecer o equilíbrio micro e macroeconômico do plano, o simples congelamento certamente não será capaz de impedir o ressurgimento da inflação.

Com aquelas taxas de inflação, o congelamento na Argentina foi definitivamente rompido. A inflação está em pleno processo de aceleração que só terminará quando os novos reajustes de preços e salários lograrem uma relativa neutralização dos aumentos de preços mais recentes. Nesse momento o componente inercial da inflação voltará a ser dominante e um novo choque poderá ser tentado.

Já há quem esteja atribuindo equivocadamente o fracasso do Plano Austral ao relativo descongelamento de preços ocorrido em abril. Esse descongelamento parcial, entretanto, já foi uma consequência das pressões inflacionárias que não haviam sido resolvidas. Em uma economia capitalista é impossível manter por muito tempo o congelamento de preços. Ou o governo elimina as principais pressões inflacionárias, e em seguida descongela planejadamente a economia, ou não consegue eliminar os fatores aceleradores da inflação e é obrigado a descongelar à força, devido à pressão irresistível dos desequilíbrios do mercado. Foi a última alternativa que ocorreu na Argentina.

Importa, então, saber quais foram esses desequilíbrios, qual a origem dessas pressões inflacionárias. Teoricamente podemos ter dois tipos de desequilíbrio: o macroeconômico, representado pelo excesso de demanda agregada, e o microeconômico, expresso no desequilíbrio dos, preços relativos.

Tudo indica que não se tratou de desequilíbrio macroeconômico. Ainda que o déficit público não tenha sido totalmente eliminado, não há dúvida que a economia permaneceu em recessão até o início do ano. Ainda no primeiro trimestre de 1986 o crescimento do PIB foi de 0,4 por cento em relação a igual período do ano anterior. Recentemente passou a ocorrer um claro processo de expansão, registrando-se no segundo trimestre um crescimento de 5,7 por cento, mas os níveis de desemprego e capacidade ociosa ainda são elevados.

Os desequilíbrios não resolvidos, portanto, só podem ser microeconômicos. As atividades econômicas não foram capazes de resolver as distorções nos preços relativos existentes no dia 15 de julho de 1985, quando ocorreu o choque. Quando a pressão dos setores prejudicados tornou-se insuportável, as comportas começaram a se abrir. O aquecimento de demanda que ocorria nesse momento provavelmente favoreceu esse processo. O congelamento começou a ser rompido. Em conseqüência, a pressão dos trabalhadores por reajustes salariais e dos exportadores por desvalorizações cambiais foi se tornando cada vez mais forte. Quando não houve outra alternativa senão ceder também em relação aos salários e à taxa de câmbio, o descongelamento perdeu vigência, e a inflação entrou em franco processo de aceleração, que provavelmente ainda não terminou.

No Brasil não é necessário que o mesmo ocorra. A economia brasileira encontra-se em uma situação real muito mais favorável do que a argentina. O produto está em expansão; a indústria, embora investindo com moderação, está incorporando progresso técnico de forma acelerada; o superávit comercial continua elevadíssimo; o sistema financeiro brasileiro é muito melhor organizado e desenvolvido do que o argentino; a indústria é mais moderna e mais competitiva; o sistema fiscal é muito mais desenvolvido; o aparelho burocrático estatal é melhor equipado. Por todas essas razões o governo tem meios mais efetivos de conduzir a política econômica e controlar a economia. Talvez por essas razões a inflação, nos primeiros seis meses do Plano Cruzado tenha sido consideravelmente menor do que a inflação correspondente ao Plano Austral: 6,4 por cento de março a agosto de 1986 no Brasil, contra 20,1 por cento de julho a dezembro de 1985 na Argentina.

Não há dúvida, entretanto, que a economia brasileira enfrenta desequilíbrios macro e microeconômicos graves. Em um primeiro momento a expansão econômica ajudou a contornar os desequilíbrios dos preços relativos, ou seja, o desequilíbrio microeconômico, que o próprio governo não se sentia em condições de resolver. Em um segundo momento, entretanto, o aumento extraordinário do consumo transformou a expansão econômica em um grave desajuste macroeconômico, que o empréstimo compulsório e a elevação da taxa de juros interna decididas pelo governo não foram capazes de resolver.

É indiscutível que hoje o Plano Cruzado encontra-se arriscado. Grande parte do apoio que recebeu inicialmente já não existe mais. Os consumidores se

irritam e se decepcionam com as fatias de mercadorias, as filas e os ágios. Os empresários, mesmo aqueles que estão realizando bons lucros, sentem-se ameaçados pelo controle de suas atividades. Os empresários mais conservadores e os mais prejudicados falam em estatização, em regime policial, e se colocam cada vez mais contra o congelamento.

Nestas circunstâncias, a simples insistência por parte do governo em manter o congelamento não resolverá o problema. É essencial no momento manter o congelamento, mas é essencial também restabelecer o equilíbrio microeconômico dos preços relativos e o equilíbrio macroeconômico da oferta e da procura agregadas.

É essencial também manter os salários sob controle. Mas não será com a afirmação de que as greves têm motivos políticos que as demandas excessivas dos trabalhadores poderá ser negada.

Da mesma forma que o congelamento é importante contra os desequilíbrios econômicos transformados em fatores aceleradores de inflação, as teorias conspiratórias e as ameaças policiais aos trabalhadores não servirão de dique às reivindicações legítimas dos trabalhadores - entendidas por legítimas aquelas reivindicações que podem ser atendidas sem serem repassadas para os preços. Quando ocorre aumento da produtividade ou quando a taxa de lucros já está muito elevada é perfeitamente viável concordar com aumentos moderados dos salários sem provocar pressões inflacionárias. A partir do momento em que esse ponto é ultrapassado, entretanto, é perfeitamente possível enfrentar as greves e saber dizer não aos trabalhadores, ao mesmo tempo que se proíbe o repasse dos aumentos de salários para preços.

Para restabelecer o equilíbrio macroeconômico do Plano Cruzado, o governo terá que reduzir as despesas públicas e aumentar a carga tributária, especialmente o imposto de renda sobre pessoas físicas. Dessa forma logrará reduzir o déficit público e desaquecer a demanda, para em seguida poder ajustar os preços relativos e finalmente descongelar os preços. Ao mesmo tempo, deverá manter uma posição firme mas serena em relação às reivindicações salariais. Dessa forma, e não simplesmente acreditando que o congelamento resolve todos os problemas, será possível evitar que o Plano Cruzado siga o caminho já trilhado pelo Plano Austral. (*Folha de S.Paulo*, 16 de setembro de 1986).

A CORREÇÃO DOS DESEQUILIBRADOS

As medidas de ordem fiscal e a correção dos preços de alguns serviços públicos no final da última semana confirmaram mais uma vez que este é um governo popular e não um governo populista. A elevação do IPI sobre automóveis, cigarros, bebidas e combustível onerará principalmente a classe média, cujos salários, por sua vez, não serão correspondentemente ajustados devido à adoção como indexador do IPC restrito, representativo apenas do consumo das famílias de baixa renda. A reação negativa da classe média deverá ser portanto forte. O Governo revelou, entretanto, coragem política e adotou medidas necessárias, apesar de sua impopularidade. Por outro lado, preservou os trabalhadores ao adotar um indexador de salários que os protege e ao manter a escala móvel de salários (o sistema do gatilho), que foi sempre um compromisso do PMDB quando o partido ainda estava na oposição.

O desequilíbrio macroeconômico da economia havia alcançado níveis insustentáveis. Era preciso tomar com urgência medidas que reduzissem o consumo. As decisões que acabam de ser tomadas têm exatamente esse objetivo. Nesses últimos meses, depois do empréstimo compulsório, o governo vinha apenas realizando uma política monetária de elevação da taxa de juros. Medidas fiscais como estas são mais sadias para a economia; não oneram nem o setor privado produtivo nem o setor público, que é o grande devedor, não beneficiam os rentistas nem favorecem a especulação financeira, reduzem o déficit público. Cortam diretamente o consumo.

O desequilíbrio macroeconômico, ou seja, a distorção dos preços relativos, também começa a ser corrigido. Os primeiros preços a serem ajustados foram os dos serviços públicos, que eram exatamente os que mais necessitavam de correção. Há outros preços a serem ajustados. Ao elevá-los, o governo está admitindo um certo aumento imediata da taxa de inflação, em troca da garantia de que, daqui a alguns meses, não haverá o descongelamento forçado e a explosão dos preços aconteceu na Argentina em 4 de abril último.

Finalmente foi fundamental dar continuidade às minidesvalorizações. Com isso tenderão a acabar as especulações sobre uma eventual maxidesvalorização do cruzado, que estavam levando algumas empresas a adiar suas exportações.

Há apenas uma medida que é discutível. A instituição de indexação financeira (OTN's) pela taxa de juros flutuantes. Os países desenvolvidos adotam essa prática, mas suas taxas de inflação são muito menores do que as que prevalecerão no Brasil depois do descongelamento. Quando, no sistema de taxas flutuantes de juros, a taxa de inflação supera 20 ou 30 por cento ao ano o sistema financeiro passa a enfrentar dificuldades crescentes, já que os

devedores passam a pagar uma boa parte do principal juntamente com os juros. De qualquer forma vale a pena tentar.

Com todas essas medidas, que sem dúvida impõem sacrifícios, a economia brasileira poderá voltar ao equilíbrio. Estabelecem-se, assim, as precondições para o necessário descongelamento, que deverá ser gradual, mantendo-se sob controle os preços dos setores oligopolizados. (*Folha de S.Paulo, 25 de novembro de 1986*).

ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS

As reações negativas às correções do Cruzados surpreenderam a todos. Não foi apenas a classe média, mas toda a população que se sentiu traída, que se demonstrou indignada. Some-se a isto a redução de nossos superávits comerciais, que baixaram para apenas 210 milhões de dólares em outubro, e temos um clima de crise no país.

A reação da população às medidas do governo é claramente exagerada. O excesso de consumo e o desequilíbrio dos preços relativos tinham obrigatoriamente que ser corrigidos. Medidas que implicavam em sacrifícios de todas as classes em inescapáveis. É preciso, entretanto, admitir (1) que a necessidade desses ajustes, embora discutível, foi mal explicada à população; (2) que as decisões foram tomadas sem suficiente debate com a sociedade; (3) que o momento das medidas, logo após as eleições, foi infeliz; (4) que a opção por aumentar a carga fiscal via grandes elevações das alíquotas do IPI, embora apresentasse muitas vantagens, tem o defeito político de enfraquecer o princípio do congelamento, e o defeito econômico de permitir a substituição de bens de consumo; (5) que a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Reduzido é inaceitável para a população, sendo interpretada como uma pura e simples manipulação de índices; e (6) que a tentativa de substituir a indexação da economia pela taxa flutuante de juros das LBCs aumentou o grau de incerteza e de especulação no mercado financeiro.

Admitidos estes, fatos, duas alternativas são possíveis: ou manter todas as decisões, "porque seria demonstração de fraqueza voltar atrás", ou ouvir a sociedade e corrigir democraticamente aquilo que puder ser corrigido. A segunda alternativa implica em uma visão não autoritária da política, pressupõe não apenas uma capacidade de admitir erros, mas também de acreditar que a

população é basicamente democrática e não autoritária, e que, portanto, não entenderá as correções realizadas como manifestações de fraqueza.

A correção fundamental é a de se utilizar como indexador um índice de preços aceitável dotado de credibilidade. Esse índice deve ser o INPC sem expurgos, que calcula o custo de vida de famílias até cinco salários mínimos.

A adoção desse índice importará em uma inflação maior do que a do IPCR ou INPC expurgado. Para reduzir seu impacto inflacionário a segunda correção que deveria ser adotada seria a imediata redução das alíquotas de IPI. Para compensar a perda de receita e a diminuição do impacto sobre o consumo dessa redução de alíquotas, dever-se-ia adotar um empréstimo compulsório sobre salários ou um aumento do imposto de renda na fonte, um ou outro menos rigorosos do que aqueles que uma parte dos economistas do governo propunham como alternativa ao aumento do IPI. Finalmente, para restabelecer a tranquilidade no mercado financeiro e evitar uma especulação altamente inflacionária é essencial reindexar a economia.

Sobre este último ponto é preciso esclarecer que para o Plano Cruzado, ou contrário do que se pensa, não era necessário desindexar a economia; o essencial era congelar os preços. A indexação de uma inflação pequena é por definição pequena. O sistema de taxas flutuantes de juros é viável e preferível à indexação quando a inflação anual é muito baixa, inferior a 10 por cento ao ano, como acontece nos países centrais. No Brasil é mais realista hoje pensar em uma inflação de 40 a 50 por cento para 1987.

Para muitos essa previsão é ainda otimista. Na verdade, só será possível conter a inflação nesse nível se o governo, ao mesmo tempo que reafirma sua posição não populista, ao tomar ou manter medidas corajosas, impopulares, recupera a credibilidade abalada e reduz a especulação financeira. E deverá ainda enfrentar o problema da dívida externa, para o qual a moratória, conforme Dilson Funaro tem insistido, não é a solução no momento. Diante da redução das reservas internacionais do país, podemos perfeitamente adotar uma posição firme em relação aos credores sem recorrer a medidas radicais, que só agravarão dificuldades que são perfeitamente superáveis. (*Folha de S.Paulo*, 2 de dezembro de 1986).

ALTERNATIVAS PARA DÍVIDA EXTERNA

A redução dramática do superávit comercial brasileiro nos últimos meses, embora conjuntural, recolocou a dívida externa como problema prioritário e serviu para lembrar algo que todos sabíamos: um crescimento de 6 por cento ao ano do PIB dificilmente será compatível com superávits comerciais de aproximadamente 12 bilhões de dólares, que nos permitiriam pagar anualmente cerca de 9 bilhões de dólares de juros, 3 bilhões de dólares de serviços reais (transporte, seguro e turismo), e portanto dispensar a obtenção de novos empréstimos, mantida, naturalmente, a renovação do principal que vem ocorrendo desde o acordo de 30 de dezembro de 1982.

A redução do superávit comercial, de 1 bilhão de dólares mensais para 200 milhões em outubro e talvez 50 milhões em novembro é transitória. Decorreu, em última análise, de estarmos crescendo a 12 e não 6% ao ano. O Cruzado II, entretanto, já caminhou a solução deste problema de excesso de demanda que estimula as importações e inviabiliza as exportações. Não voltaremos, entretanto, ao superávit comercial anterior porque a capacidade ociosa praticamente esgotou-se, de forma que, para sustentar modestos 6 por cento de crescimento, precisaremos importar mais.

O cenário mais provável para 1987, mantidas as reservas constantes, é um superávit comercial de 8 bilhões de dólares. Admitidos 3 bilhões de serviços reais, 9 de juros e zero de investimentos diretos líquidos, necessitaremos de 4 bilhões de dólares de dinheiro novo, correspondente a aproximadamente metade dos juros a serem pagos. Em 1988 poderemos voltar a obter superávits elevados, mas nosso problema é imediato, já que nossas reservas já estão abaixo de 5 bilhões de dólares.

Diante dessa realidade o Brasil, representado pelo governo federal, tem apenas duas alternativas: ou assina uma carta de intenções ao FMI e obtém o dinheiro novo desejado, ou então dá um prazo curto para os credores concordarem com o dinheiro novo, garante a eles a continuidade de uma política econômica responsável austera, mas não recessiva, que assegure um crescimento de 6 por cento ao ano, solicita a visita do FMI duas vezes ao ano para acompanhar nossas contas, e, vencido o prazo e não obtido o acordo, capitaliza cerca de metade dos juros de 1987.

Não se trata de uma moratória. Não se pretende renunciar à dívida, sequer suspender o pagamento de todos os juros. O que se pretende é ser realista e obter o dinheiro novo que o país necessita antes que se esgotem as reservas internacionais do país. A terceira alternativa de tentar negociar sem ir ao FMI nem capitalizar os juros levará, afinal e na prática à primeira ou à segunda alternativa, depois de esgotadas as reservas.

Na hipótese de capitalização dos juros, deverá ficar claro aos credores que todos os bancos que tiverem problemas contábeis com a capitalização poderão conceder novos empréstimos. Deverá ficar claro também que os créditos interbancários e os créditos comerciais deverão permanecer intocados. Os bancos que reduziram seus depósitos interbancários nas agências brasileira no exterior e os que reduzirem empréstimos comerciais não receberão qualquer pagamento de juros.

Os credores devem ser avisados rapidamente dessa alternativa. Em nenhum momento se falará em rompimento com os credores ou em moratória, porque, do ponto de vista do Brasil, não tratará disto. Trata-se de ser prático e de se chegar a um resultado que, afinal, também consulta os interesses de longo prazo dos credores.

Antes de seguir essa via o governo deverá discutir com a sociedade. E deverá ficar claro que não se trata de nenhuma panacéia. O Cruzado II continuará a ser absolutamente necessário. Outras medidas de aperto interno eventualmente se imporão. Não há razão para prever retaliações dos países credores, mas durante algum tempo enfrentaremos problemas, falta de produtos importados e limitações às viagens internacionais.

Para o governo adotar essa alternativa não rescissiva mas responsável, caso não se entre em acordo previamente com os credores, será difícil, arriscado. Não apenas a burguesia internacionalizada brasileira, profundamente solidária com o capitalismo internacional, terá dificuldade em aceitar os sacrifícios. A classe média e os trabalhadores, que estão protestando contra o Cruzado II, terão novas razões para protestar. Mas afinal estou convencido de que a Nação brasileira - burguesia, classes médias tecnoburocráticas e trabalhadores - acabarão reconhecendo a coragem do governo. A alternativa de uma nova carta de intenções ao FMI de desmoralizante para o país, nada imaginam saber melhor do que os brasileiros como resolver responsabilmente os problemas do Brasil. (*Folha de S.Paulo*, 9 de dezembro de 1986).

CONTROLE DA INFLAÇÃO

A taxa de juros nominal de 230 por cento para aplicação em CDBs de 60 dias traz implícita uma taxa de inflação para os próximos dois meses de 8 por cento ao mês. Soma-se a esse valor uma taxa de juros reais de cerca de 12 por cento e temos os 230 por cento iniciais.

A previsão de uma taxa de inflação elevada para dezembro justifica-se, dadas as elevações de preços determinadas pelo Governo em 21 de novembro. Embora haja diversos índices aceitáveis, como INPC, o IPCA, IPC da FIPE e o IGP da Fundação Getúlio Vargas, cada qual sofrendo um impacto diferente dos aumentos administrados de preços, é razoável esperar uma inflação média de cerca de 8 por cento para dezembro. Mas em janeiro a taxa de inflação deverá baixar, já que os aumentos determinados pelo governo foram de preços de bens finais, sem encadeamentos para frente. Existe, portanto, um forte elemento especulativo na previsão do mercado financeiro de uma taxa de inflação de 8 por cento também para janeiro.

Esta previsão, entretanto, tende a se transformar em uma profecia auto-realizadora, caso os demais agentes econômicos tendam a romper o conglomerado e a aumentar seus preços de acordo com essa previsão. Além disso, a elevação da taxa de juros nominal representa diretamente um aumento de custos para as empresas, que tratarão de repassá-lo para os preços.

Para evitar que o desgaste político causado pelas medidas do governo seja agravado pela deterioração econômica, representada pela especulação financeira, o desrespeito generalizado ao congelamento e a retomada da inflação, duas decisões são urgentes: a reindexação do sistema financeiro de acordo com o INPC e a autorização de um aumento mensal de preços para todos os bens e serviços congelados.

A reindexação do sistema financeiro é essencial para reduzir a especulação inevitável quando se adotam contratos pré-fixados em situação inflacionária. A criação dos CDBs pós-fixados foi oportuna, mas sua indexação de acordo com o valor das LBCs não inspira confiança. Por isso continua a especulação, que só terá fim quando um índice de preços confiável, adotado com firmeza pelas autoridades, lograr devolver a confiança ao mercado. É certo que a indexação dará também mais estabilidade à inflação inercial que reapareceu. Tornará, portanto, a inflação mais rígida para baixo; mas, em contrapartida, evitará a explosão inflacionária que ora nos ameaça.

Mas se o novo patamar de inflação inercial não é 8 por cento, não é também zero. Dadas as taxas de inflação anteriores ao choque de 21 de novembro e os efeitos propagadores do próprio choque é razoável supor um novo patamar de aproximadamente 5 por cento ao mês. Nessas circunstâncias o

conglomerado puro e simples é insustentável. O descongelamento, por sua vez, ainda não pode ser adotado. A solução, portanto, é descongelar os setores claramente competitivos e autorizar um aumento automático de todos os demais preços de cerca de 3 por cento ao mês. Aumentos acima desse nível deverão ser autorizados pelo CIP.

Quanto ao gatilho, é preciso admitir que ele será atingido. A escala móvel de salários é um sistema de indexação que garante a manutenção do salário médio real. Se esse salário médio real for incompatível com uma taxa de lucro aceitável para as empresas, estas procurarão se defender, aumentarão seus preços, o gatilho disparará com frequência cada vez maior, levando a uma espiral inflacionária que só poderá ser interrompida com a desindexação dos salários. Caso, entretanto, o atual salário médio real seja compatível com uma taxa de lucro razoável, não há porque prever a explosão inflacionária. Há um ano não havia muita dificuldade em responder a esta dúvida. Hoje, porém, depois das elevações de salários reais ocorridas nos últimos doze meses, a probabilidade de que a escala móvel tenha efeito explosivo sobre a inflação é grande. (*Folha de S.Paulo*, 16 de dezembro de 1986).

CONDIÇÕES DO PACTO SOCIAL

O abandono de um índice de preços expurgado do IPI e constituído de uma cesta arbitrária de mercadorias, e o retorno ao INPC, que mede o custo de vida das famílias até cinco salários mínimos, é a primeira medida concreta no sentido do estabelecimento de um pacto social, depois do desastre político representado pelas medidas econômicas de 21 de novembro, impropriamente chamadas de Cruzado II.

O desaquecimento da demanda, a diminuição do consumo e portanto a redução do poder aquisitivo da população eram e continuam sendo uma condição necessária para o equilíbrio da economia. Nem o controle da inflação nem superávits comerciais externos em níveis adequados são viáveis se a capacidade de consumo da população não voltar a acompanhar o aumento da produção.

Entretanto, ao se adotar a estratégia de aumentar o IPI para lograr um objetivo de contenção de demanda o governo produziu um choque inflacionário sem precedentes. Para evitar a repercussão desse choque sobre os salários pretendeu indexá-los de acordo com um novo índice expurgado e arbitrário de

preços. E nesse instante cometeu o seu grande erro político, porque não agiu com a transparência, com a franqueza que são necessárias nas democracias.

Por isso, ao reconhecer seu erro e ao voltar a um índice absolutamente inaceitável como é o INPC, o governo dá um grande passo no sentido de recuperar sua credibilidade e tornar viável o estabelecimento de um pacto social entre empresários e trabalhadores. Ao contrário do que pensam os autoritários, ao reconhecer um erro um governo democrático não se enfraquece. Ou melhor, só se enfraquece perante os próprios autoritários.

Um pacto social exige transparência, clareza de objetivos, porque, quando é logrado, representa uma prova de maturidade política de uma sociedade democrática. Trancredo Neves, no momento da transição do Brasil para a democracia, falou repetidamente na necessidade de um pacto social; o presidente Sarney vem instituindo nesta tese em um momento em que procura consolidar a democracia no país. A idéia é sempre bem recebida pelos empresários mas é recusada pelos trabalhadores.

Esta divergência ocorre porque os objetivos do pacto não estão suficientemente claros para os trabalhadores. O objetivo explícito do pacto é o de combater a inflação. Ora não é preciso muito raciocínio para inferir que a forma através da qual um pacto social combaterá a inflação será através da redução das demandas salariais da própria redução de seus salários reais.

Essa contenção dos salários, especialmente depois do enorme crescimento do salário médio real ocorrido nos últimos doze meses, é de fato essencial. Mas não há razão alguma para os trabalhadores aceitarem-na de bom grado no curto prazo se não lhes forem asseguradas no médio prazo conquistas sociais e políticas importantes.

E por isso que as centrais sindicais colocam como condições para o pacto o problema do pagamento da dívida externa, a reforma tributária, a reforma agrária, a lei de greve, a liberdade e autonomia sindical. Se o governo e os empresários não estão dispostos a ceder em nada nestas matérias é inútil falar em pacto social.

As centrais sindicais exigem ainda revogação do Cruzado II, redução da jornada de trabalho, forte aumento do salário mínimo. Também é inútil falar em pacto social se insistirem nessas reivindicações porque elas contrariam frontalmente os objetivos do pacto.

Se ninguém quer ceder nada não teremos um pacto social. Se quisermos tê-lo é preciso discutir com clareza esses problemas, é preciso ampliar a pauta das negociações, é preciso incluir partidos políticos no debate de maneira formal, dada a ampliação de pauta. É preciso reconhecer a necessidade da contenção das reivindicações salariais no curto prazo, mas é preciso também aceitar a

necessidade de reformas que levem este país a uma distribuição de renda mais justa. (*Folha de S.Paulo*, 23 de dezembro de 1986).
